

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 12 de Abril de 2004

IV

Série

Número 45

Suplemento

Sumário

BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A.
Relatório o contas do exercício de 2003

BANIF - INVESTIMENTOS - S.G.P.S., S.A.

Sede social: Âmbito institucional da Zona Franca, Av. de João Távira, n.º 30 - 9000 Funchal
N.I.P.C.: 502905140 CRC Zona Franca - Capital social: € 8.750.000,00

ÍNDICE**1. ÓRGÃOS SOCIAIS****2. GRUPO BANIF - INVESTIMENTOS - SGPS, S.A.****3. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Enquadramento Macroeconómico
Actividade da Sociedade
Análise do Balanço e da Demonstração de Resultados
Proposta de Aplicação de Resultados

4. NOTA FINAL**5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Balanço e Demonstração de Resultados
Anexo às Contas
Informações para Cumprimento de Disposições Legais
Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Certificação Legal de Contas
Relatório e Parecer do Fiscal Único

1. ÓRGÃOS SOCIAIS**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente - Rentipar, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
representada pelo Dr. Fernando Inverno da Piedade
Vice-Presidente - Dr. Artur Manuel Pires Chambel
Vice-Presidente - Dr. Carlos Manuel Graça Ramos de Oliveira
Secretário - Dr. Miguel Oleiro Morais Alçada

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

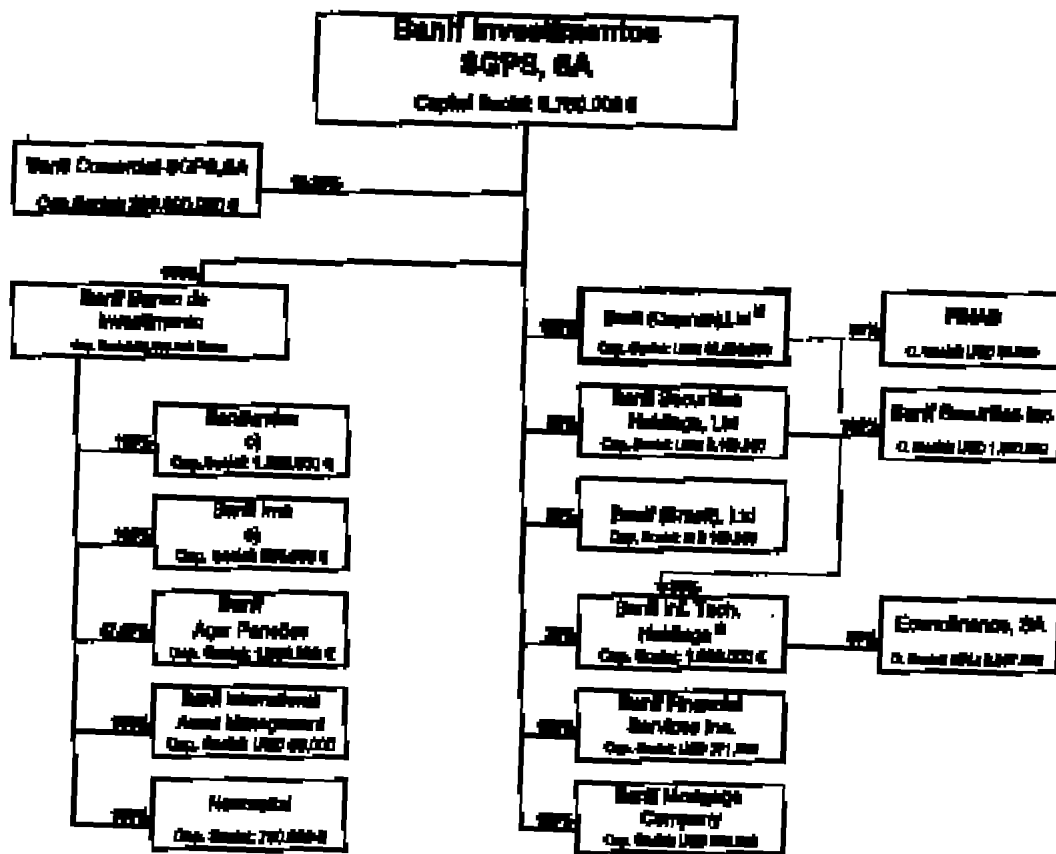
Presidente - Comendador Horácio da Silva Roque
Administrador - Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Administrador - Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Administrador - Dr. José António Vinhas Mouroquinho
Administrador - Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

FISCAL ÚNICO

Fiscal Único - Ernst & Young Audit & Associados,(SROC), SA representada por Dr. Alfredo Guilherme da Silva Gândara (ROC)

Suplente: - Dr. Pedro Manuel Traveiros de Carvalho (ROC)

DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES em 31/12/2003



- a) Capital Social Realizado 900.000 Euros.
- b) A percentagem de controlo de capital votado é de 100%, sendo o capital social constituído por 26.800.000 de ações ordinárias de valor nominal USD 1 = 90.000.000 de ações preferenciais sem voto, de valor nominal de USD 1.
- c) Em 30/12/2003 foi celebrada a escritura de fundação por incorporação do Bank Iria no Bank Group, com produção de efeitos jurídica a 01/01/2004.

3. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da Banif - Investimentos - SGPS, S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral da Sociedade o Relatório e Contas referentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

Enquadramento Macroeconómico

A crise de confiança que começou a afectar a economia portuguesa no final de 2001 prolongou-se até meados de 2003, com os seus efeitos a serem ampliados pelas medidas de contenção orçamental implementadas pelo Governo português, de forma a conseguir cumprir os objectivos em termos de défice do Pacto de Estabilidade e Crescimento. No entanto, a partir da segunda metade de 2003 os índices de confiança, quer dos consumidores, quer dos produtores nacionais, apresentaram uma ligeira recuperação.

Assim, depois de um abrandamento já muito significativo em 2002, o PIB a preços constantes deverá ter registado um decréscimo de 0,8% em 2003, que compare com uma TMCA de 0,4% em 2002 e 1,6% no ano anterior. Tal como já sucedera em 2002, Portugal voltou a observar uma evolução do PIB significativamente abaixo da média da Zona Euro (que, como se referiu, deverá ter registado uma TMCA de 0,5% em 2003). A redução do PIB português foi o resultado da deterioração conjugada do consumo privado, do consumo público e do investimento. Mais especificamente, o crescimento do consumo privado que em 2002 tinha já observado um abrandamento significativo para os 0,6%, deverá ter registado um decréscimo de 1%, no que foi acompanhado por idêntico decréscimo no consumo público. O investimento, por seu turno, que já tinha observado uma contração de 5,3% em 2002, deverá tê-la agravado para 9%. As exportações portuguesas, com um aumento de 2,5%, foram assim o agregado com a contribuição mais positiva para a evolução do PIB português.

Como seria de esperar pela evolução do PIB, e mais concretamente pela evolução do investimento ao longo de 2003, a taxa de desemprego em Portugal deverá ter-se situado em 6,5% em 2003, bastante acima dos 5,1% em Dezembro de 2002 e dos 4,1% no final do ano anterior.

A acompanhar a redução no consumo interno, quer privado quer público, e a beneficiar da valorização do Euro em relação ao Dólar, esteve o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) que deverá ter registado um aumento de 3,1%, comparado com os 3,7% de 2002 e os 4,1% de 2001.

Apesar da valorização do Euro contra o Dólar, a economia portuguesa começou a

beneficiar da retoma económica que se começou a fazer sentir nos países da Zona Euro, principais parceiros comerciais de Portugal. Assim, e apesar da recessão que o país atravessou, a Balança de Transacções Correntes registou uma melhoria no seu défice, dos 7,1% do PIB registados em 2002 para os 4,9% em 2003.

Actividade da Sociedade

A Sociedade desenvolveu a sua actividade em conformidade com o quadro legal das empresas holding, definido pelos Decretos-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, n.º 318/94 de 24 de Dezembro e n.º 378/98 de 27 de Novembro, centrando-se essencialmente no acompanhamento e apoio às empresas suas participadas.

Na sequência do desenvolvimento da sua actividade, esta sociedade adquiriu à Banif SGPS, SA 8.512.000 acções, representativas de 15,2% do capital social da sociedade Banif Comercial SGPS, SA, ao preço unitário de EUR 5,90, cujo investimento global atingiu o montante de 50.220,8 milhares de Euros.

A Sociedade subscreeu o aumento do capital social da sociedade Banif Securities Holding, Ltd, de USD 1.000.000,00 para USD 2.108.000,00, no valor de USD 942.000, correspondentes aos 85% da sua participação nesta Sociedade.

Durante o exercício, a Sociedade recebeu dividendos da sociedade participada Banif Banco de Investimento, SA, no montante de EUR 1.100.000,00 e do Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd, no montante de EUR 94.546,18, tendo pago ao accionista único, a Banif SGPS, SA, dividendos no valor de EUR 1.750.000,00.

Foram, ainda, contraídas novas empréstimos, pelo prazo de 6 meses, sucessivamente renováveis por iguais períodos e remunerados à taxa de juro de "Cost of Funds + 1%", para apoio de tesouraria, junto da sociedade participada Banif – Banco Internacional (Cayman), Ltd, ascendendo o montante total do endividamento junto daquela filial a cerca de 71,2 milhões de Euros, no final do ano de 2003.

A Sociedade reestruturou ainda o seu passivo através da obtenção de um financiamento de médio prazo de EUR 20.000.000,00, junto da Euro Invest Limited, com o qual liquidou um financiamento de igual montante à sua participada Banif – Banco Internacional (Cayman), Ltd.

A Sociedade não dispunha, no final de 2003, de um quadro de pessoal próprio.

Análise do Balanço e da Demonstração de Resultados

Faço à natureza e especificidade das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, a estrutura dos respectivos Balanços, é, regra geral, bastante simples.

Não obstante, parece-me importante realçar a evolução de algumas rubricas do Balanço.

Assim, e comparando com o Exercício de 2002, o Activo Líquido atingiu o valor de 103.506 milhares de euros contra 54.502 milhares de euros, evidenciando um crescimento de cerca de 90%. Este crescimento resulta, essencialmente da aquisição de 15,2% do capital social da Sociedade Banif Comercial SGPS, SA.

Os Capitais Próprios no final do Exercício de 2003, atingiam o montante de 12.076 milhares de euros, contra 13.826 milhares de euros em 2002, o qual representa uma redução de cerca de 13%, derivado da distribuição de dividendos no presente exercício.

A Sociedade regista em 2003 um prejuízo de 9 mil euros, enquanto em 2002, obteve um lucro de 3.235 milhares de euros, justificando-se esta redução significativa, pelo facto do valor dos dividendos recebidos das suas participadas tem sido inferior ao obtido em 2002, em resultado do processo de reestruturação ocorrido.

Proposta de aplicação de resultados

Faço à natureza do resultado obtido, ou seja, um prejuízo de EUR 9.115,78, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado do Exercício de 2003, nos termos do artº 29º dos Estatutos e Artigos 218º, 295º e alínea b) do nº 1 do Artigo 376º, todos do Código das Sociedades Comerciais, seja transferido para Resultados Transitados.

4. NOTA FINAL

Para finalizar, o Conselho de Administração exprime aos Membros da Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único o seu reconhecimento pelo apoio e colaboração sempre assegurados ao longo do Exercício de 2003.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2004

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Horácio da Silva Roque - Presidente

Joaquim Filipe Marques dos Santos

Carlos David Duarte Almeida

José António Vinhas Monquinho

Artur Manuel da Silva Fernandes

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

		(em reais)		
		31.12.03	31.12.02	31.12.02
DEBITO	CREDITO			
CAIXA	PROFITOS			
Bancos e caixas equivalentes	Bancos e caixas equivalentes	1.802.207,75	306.260,92	322.910,04
Debitos	Dos quais	28.198,54		
Profitos em operações administrativas	(- de custos de resultados fixos)	57.459,12		
Custos gerais administrativos	Resultado de vendas	(1.296,88)	1.194.546,18	992.564,09
a) - Custos com a prestação	a) - Resultado de vendas, de quotas e de vendas de quotas de resultados variáveis	0,00		
Dos quais	b) - Resultados de participações	(1.296,88)		
(- vendas e resultados)	c) - Resultado de juros de capital em operações coligadas		1.194.546,18	(992.564,09)
(- resultados parciais)	Debitos			
Dos quais	Lucros em operações administrativas	(56.162,34)		
(- com juros)	Impostos e despesas recuperadas e recuperadas de vendas realizadas e arroladas	682,93		
b) - Custos gerais administrativos	a) - Provisões para passivos eventuais e para provisões	97,51		
Despesas de resultados	para provisões	0,01		
Despesas em operações administrativas	Impostos e despesas recuperadas e recuperadas de vendas realizadas e vendas realizadas que incluem o valor de			
Despesas com resultados	participações administrativas, e participações	572.451,67		
Despesas com resultados	juros de capital em operações coligadas	12.324,69		
Despesas com resultados	Outros resultados de operações	205,01		
Despesas com resultados	Resultado de atividades correntes	1.956,71		
Despesas com resultados	Custos administrativos	3.234.723,10		
Despesas com resultados	Profitos de resultados			
TOTAL	TOTAL	1.511.974,18	1.511.974,18	3.621.661,18
				0,53

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO-CHEFE DE CONTAS

10. INVENTÁRIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Em euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANTIDADE	%	VALOR NOMINAL	VALOR MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR COTAÇÃO	VALOR DO BALANÇO	DIREITOS DE VOTO
D. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS							
Participações							
Em outras Empresas no País							
Quotas							
ESPAÇO DEZ - SOC. IMOBILIÁRIA, LDA	1	25,00%	1.250,00	1.358,39	-	1.358,39	-
Partes de Capital em Empresas Coligadas							
Em Instituições de Crédito no País							
BANIF-BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.	4.000.000	100,00%	5,00	5,470	-	21.878.624,84	40.000
BANIF-COMERCIAL, SCPS, S.A.	8.512.000	15,20%	5,00	5,900	-	50.220.800,00	85.120
Em Instituições de Crédito no Estrangeiro							
BANIF - BANCO INTER. FUNCHAL (CAYMAN) LTD	26.000.000	100,00%	1,135	0,799	-	20.776.247,03	-
BANIF SECURITIES HOLDING, LTD	1.792	85,00%	1.134,692	791,766	-	1.418.844,02	-
BANIF FINANCIAL SERVICE, INC.	371.000	100,00%	1,003	0,792	-	293.745,05	-
BANIF MORTGAGE COMPANY	300.000	100,00%	1,003	0,792	-	237.529,69	-
Em outras Empresas no Estrangeiro							
BANIF BRASIL, LTDA	120.000	80,00%	0,489	0,273	-	32.745,73	-
BANIF - INFORMATION TECHNOLOGY HOLDING, LTD	100.000	30,00%	1,000	0,300	-	30.000,00	-
TOTAL	39.404.793					94.889.894,75	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

11. MOVIMENTOS E SALDOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

(em euros)

CONTAS	SALDO DO EXERCÍCIO		AUMENTOS		TRANSF.	AMORTIZ. DO EXERCÍCIO	REGUL.	ABATES LÍQUIDO (LÍQ.)	VALOR LÍQUIDO EM 31.12.03
	ANTERIOR		AQUIZ. (LÍQUIDO)	REAVAL.					
	VALOR BRUTO	AMORTIZ. ACUMULADAS							
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	104.148	104.148						0	
Trespases									
Despesas de estabelecimento	104.148	104.148						0	
Custos plurianuais									
Despesas de investigação e desenvolvimento									
Sistemas de trat. automático dados (Software)									
Despesas em edifícios arrendados									
Outras									
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Imóveis de serviço próprio									
Outros imóveis									
Equipamento									
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas									
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
Imobilizações incorpóreas									
Imóveis									
Equipamento									
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas									
Adiantamentos por conta de imobilizações									
TOTAIS	104.148	104.148						0	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003**

(Valores expressos em euros, salvo indicação em contrário)

1. Principais critérios contabilísticos**a) Geral**

As contas da Banif - Investimentos - SGPS, S.A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram elaboradas segundo a convenção contabilística do custo histórico em conformidade com o Plano de Contas para o sector Bancário estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo artº 115º do Decreto Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Os números omissos dizem respeito às notas não aplicáveis ou significativas para a apreciação das demonstrações financeiras.

b) Efectivação das Operações

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

c) Participações Financeiras

As participações financeiras são registadas ao custo histórico de aquisição sendo feita uma provisão para reduzir o seu custo para o valor líquido de realização sempre que se verificar uma quebra de valor permanente.

Os dividendos são contabilizados quando recebidos.

d) Juros

Os juros decorrentes das operações activas e passivas são contabilisticamente relevados como Proveitos e Custos dia a dia, independentemente do momento do seu vencimento.

e) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo e estão totalmente amortizadas à taxa de 33,33% ao ano, de acordo com o Dec. Regulamentar nº 2/90.

f) Consolidação de Contas

De acordo com a legislação vigente, estas demonstrações financeiras serão integradas nas contas consolidadas do GRUPO BANIF cuja Empresa-mãe é a Banif SGPS, SA.

3. Conversão das operações em moeda estrangeira

a) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira, excepto notas e moedas, sejam convertidos para euros, com base no câmbio indicativo do dia para as operações à vista, divulgado pelo Banco de Portugal.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério são como segue.

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vencem nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vencem dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações *forward* cambiais, são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os contravalores em euros, às taxas contratadas, representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

b) Instrumentos Financeiros Derivados

A Sociedade classifica os instrumentos financeiros derivados em função da sua intenção de negociação ou para outros fins que não de negociação (cobertura). Os instrumentos financeiros utilizados para efeitos de cobertura do risco inerente a operações de negociação são classificados como operações de negociação.

O instrumento financeiro derivado utilizado como operações de cobertura são as operações de permuta de divisas (Currency Swaps).

O instrumento financeiro derivado utilizado para fins de cobertura, identificado como tal no início do contrato, destina-se à eliminação ou redução substancial da exposição ao risco de mercado ou à modificação dos perfis de exposição ao risco de variação da taxa de juro inerente a determinados elementos activos e passivos, fluxos de caixa ou extrapatrimoniais.

Desta forma, as variações no valor de mercado dos instrumentos derivados têm de estar fortemente correlacionados com as variações no valor de mercado e nos fluxos de caixa do elemento coberto, desde o início do contrato e até ao seu vencimento.

Se um instrumento financeiro derivado, classificado como de cobertura, for vendido ou abandonado antes do seu vencimento, o seu ganho ou perda realizada é reconhecido por contrapartida de proventos ou custos. Se o elemento coberto for vendido ou abandonado, ou a cobertura deixar de ser efectiva, o correspondente instrumento derivado é imediatamente reclassificado para a carteira de negociação.

Os ganhos ou perdas no instrumento financeiro derivado, são reconhecidos conforme abaixo mencionado para este tipo de instrumento.

Operações de permuta de divisas (Currency Swaps)

As operações de permuta de moeda (*Currency Swaps*) e as operações da posição cambial à vista cobertas por operações a prazo, destinadas à eliminação ou redução substancial do risco inerente aos activos e passivos operações de cobertura), não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo. Os prémios e descontos destas operações são amortizados até à data do seu vencimento por contrapartida de custos ou proventos.

6. Informação relativa a empresas interligadas e empresas participadas

(mil euros)

Sociedade	Sede	% de participação no capital social	Dados relativos às últimas contas aprovadas		
			Ano	Capitais Próprios	Resultados
Banif Comercial, SGPS, SA	Lisboa	15.20%	2003	295.083	12.219
Banif Banco de Investimento, SA	Lisboa	100 %	2003	23.298	2.271
Banif Mortgage Company	USA	100 %	2003	356	157
BANIF (Cayman) Ltd	Ilhas Caimão	100 %	2003	39.253	354
Espaço DEZ	Lisboa	25%	2003	(741)	466
Banif Information Technology Holdings, Ltd	Ilhas Caimão	30%	2003	(49)	(99)
BANIF - (Brasil) Ltda	Brasil	80%	2003	22	7
Banif Securities Holding, Ltd	Ilhas Caimão	85%	2003	1.331	(268)
Banif Financial Services, Inc.	USA	100%	2003	117	(26)

9. Créditos sobre empresas coligadas

(em euros)

Depósitos à ordem

Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	5.841.820,13
--	--------------

16. Despesas de estabelecimento

As despesas de estabelecimento referem-se a custos incorridos com a constituição da Sociedade, que se encontram totalmente amortizadas.

18. Montantes dos débitos para com Instituições de Crédito a Prazo

(em milhares de euros)

De 3 meses a um ano	Mais de cinco anos	Total
50.234	40.982	91.216

21. Débitos para com Instituições de Crédito em que existe relação de domínio

(em milhares de euros)

	2003	2002
Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd	71.216	39.934

27. Saldo dos Custos a pagar e Proveitos a receber

Custos a pagar	-	32.856,08
Despesas com o Custo Diferido	-	36.648,53

31. Outros Activos e Passivos

Outros Activos	2003	2002
Devedores Diversos	156.25	
Outros Passivos	2003	2002
Credores Diversos	121.044.51	1.467.94

33. Contratos por vencer, bem como as posições em aberto com contratos de derivados

1. Decomposição do valor nominal, em 31/12/2003, dos contratos por maturidade residual e por tipo de Mercado (Mercado de Balcão (OTC), Mercado Organizado)

Milhares de euros

Instrumento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Contratos sobre Taxa de Câmbio					
Mercado de Balcão (OTC)					
-Instituições Financeiras		46.806			
-Clientes					
Mercado Organizado (Bolsa)					

2. Decomposição detalhada por instrumento em 31/12/2003.

Milhares de Euros

Instrumento	Valor de Contrato (1)	Valor de Mercado (2)	Valor de Balanço (3)	Risco de Crédito (4)
Contratos transacionados em Mercado Balcão (OTC)				
Currency Swaps				
Negociação				
Compra				
Venda				
Cobertura				
Compra	24.610	24.610	59	
Venda	22.195	22.195		

3. Repartição a 31/12/2003 das operações distribuídas por rating externo da contrapartida.

Milhares de euros			
Instrumento	Valor do Contrato	Valor de Mercado	Risco de Crédito
Contratos transaccionados em Mercado Balcão (OTC)			
AAA			
AA			
A			
BBB	46.806	46.806	
Outras classificações			
N.R.			
Total	46.806	46.806	
Contratos transaccionados em Mercados Organizados (Bolsa)			
Valor dos contratos			
Total	46.806	46.806	
Acções de redução de risco crédito			
Total	46.806	46.806	

Nota:

Os valores são agregados por notas de rating das contrapartidas, tomando em conta os ratings de dívida soberana de médio e longo prazo atribuídos pelas agências de rating (Moody's, Standard & Poor's, Fitch Ratings etc., vigentes na data de referência).

A escolha da nota de rating para uma dada contrapartida, segue a regra estabelecida pelo Comité de Basileia (havendo ratings divergentes, deve-se escolher a segunda melhor nota). Em termos de mapping, considerou-se uma correspondência entre os níveis atribuídos pelas três agências a partir do topo (Aaa=AAA; Aa1=AA+, etc.). As Operações com entidades sem rating (N.R.), deverão corresponder sobretudo a contrapartidas com nota de rating atribuída anteriormente.

(1) Valor do contrato, valor teórico ou notional

(2) Valor de Mercado de produtos transaccionados em mercados organizados: corresponde ao valor de cotação

Valor de Mercado de restantes produtos: corresponde ao lucro/prejuízo incorrido no eventual encerramento das posições em aberto tendo em consideração as condições de mercado e os modelos de avaliação correntemente utilizados na instituição.

34. A Sociedade não tem quadro de pessoal afecto em 31 de Dezembro de 2003.

35. Remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais

	2003	2002
Conselho Fiscal		1
Total		1

37. Os Activos e Passivos expressos em moeda estrangeiras em 31 de Dezembro de 2003, correspondem a 89.908.405,14 euros.

38. Mercados geográficos onde se realizaram os proveitos

Em euros

	Portugal	América do Norte	TOTAL
Juros e Proveitos Equiparados	306.260,92		306.260,92
Juros e Custos Equiparados	1.406.329,42		1.406.329,42
Margem financeira	-1.100.068,50	0,00	-1.100.068,50
Comissões (proveito) e outros proveitos			0,00
Comissões (custo) e outros custos	61.612,49		61.612,49
Rendimento de títulos	1.100.000,00	94.546,18	1.194.546,18
Lucros em operações financeiras			0,00
Prejuízos em operações financeiras			0,00
Outros impostos	2.719,82		2.719,82
Produto bancário	-64.400,81	94.546,18	30.145,37
Custos com Pessoal			0,00
Outros gastos administrativos	39.069,73		39.069,73
Resultado da Actividade Bancária	-103.470,54	94.546,18	-8.924,36
Reposição e anulações provisões			0,00
Provisões do exercício			0,00
Amortização do exercício			0,00
Resultado de exploração	-103.470,54	94.546,18	-8.924,36
Ganhos (perdas) extraordinários	-73,09		-73,09
Resultados antes de impostos	-103.543,63	94.546,18	-8.997,45
Imposto sobre lucros	118,33		118,33
Resultado líquido do exercício.....	-103.661,96	94.546,18	-9.115,78

39. Principais componentes das seguintes rubricas

A. Custos	2003	2002
Perdas Extraordinárias	2	12
TOTAL	2	12

B. Proveitos	2003	2002
Ganhos Extraordinários	2	3.822
TOTAL	2	3.822

43. Inclusão das contas para consolidação

As contas da Sociedade são incluídas nas Contas Consolidadas da Empresa-Mãe, Banif SGPS, SA, com sede na Rua de João Távira n.º 30 - 9000 Funchal, pelo método de consolidação integral, que por sua vez são consolidadas pela Sociedade Rentipar Financeira - SGPS, SA, na qualidade de Companhia Financeira de acordo com a classificação efectuada em 24 de Dezembro de 1997, pelo Banco de Portugal.

47. Informações exigidas por Diplomas Legais**1. Informação nos termos do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais**

Informação sobre o movimento de acções e obrigações realizado pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o Exercício de 2002, em conformidade com o disposto no Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Comendador Herculano da Silva Roque**

Era, no final do exercício de 2003, titular de mais de metade do capital social da Rentipar Financeira, SGPS, S.A., a qual detinha mais de metade do capital social da Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A., sendo Presidente do Conselho de Administração dessas duas sociedades.

Detinha directamente, em 31/12/03, um total de 124.656 acções da Banif - SGPS, S.A., número idêntico ao detido em 31/12/02.

A Rentipar Financeira - SGPS, S.A., detinha, em 31/12/03, um total de 22.468.280 acções, uma vez que adquiriu, durante o ano de 2003, um total de 7.574.612 acções como segue:

- 400.000 acções, em 04 de Junho de 2003, ao preço unitário de € 5,00;
- 6.362.186 acções na Oferta Pública de Aquisição que teve lugar em 10 de Outubro de 2003, ao preço unitário de € 5,00;
- 812.426 acções, em 13 de Outubro de 2003, ao preço médio unitário de € 5,00;

A Renticapital detinha, em 31.12.2003, um total de 3.989.998 acções, número idêntico ao detido em 31/12/02.

A Mundiglobo - Habitação e Investimentos, S.A., sociedade da qual é indirectamente detentor da maioria do capital social e Presidente do Conselho de Administração, detinha, em 31/12/03, um total de 1.853 acções, número idêntico ao detido em 31/12/02.

A Espaço Dez - Sociedade Imobiliária, Lda., sociedade da qual é indirectamente detentor da maioria do capital social, detinha, em 31 de Dezembro de 2003, um

total de 40.000 acções, número idêntico ao detido em 31/12/02.

Detinha, ainda, em 31 de Dezembro de 2003, uma acção do Banco Banif Primus, S.A. e uma acção da Banif Primus – Corretora de Valores e Câmbio, S.A., ambas preferenciais e sem direito de voto, número idêntico ao detido em 31/12/02.

A Rentipar Financeira – SGPS, S.A., detinha, em 31/12/03, um total de 2.437.500 acções da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., número idêntico ao detido em 31/12/02.

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A., detinha, em 31 de Dezembro de 2003, um total de 100.000 obrigações Banif SGPS, S.A. 2003/2008, adquiridas em 15/12/2003, pelo preço unitário de € 100,00 cada.

Relativamente a acções do Banco Comercial dos Açores adquiriu 3.130 acções do na 5ª fase de privatização, na *tranche* de pequenos subscritores ao valor unitário de EUR 5,27 e 200 na *tranche* destinada a trabalhadores e órgãos sociais ao valor unitário de EUR 5,15, operação realizada em 10/04/2003, passando a deter 10.645 acções do BCA, que alienou na OPA lançada em 3/12/2003 pela Banif Comercial SGPS, SA, ao preço unitário de EUR 6,0, deixando de deter quaisquer acções do Banco Comercial dos Açores.

As participações detidas, em relação a outras empresas do Grupo Banif, por empresas deste Grupo em que exerce funções de administração, são as indicadas no diagrama de participações constante do início deste relatório.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Detinha, em 31/12/03, um total de 100.676 acções da Banif, SGPS, SA, 8.676 das quais adquiridas como indicado no quadro seguinte:

SESSÃO BOLSA	ESPÉCIE	OPERAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO
13/11/03	Acções	Compra	600	EUR 4,97
19/11/03	Acções	Compra	1.493	EUR 5,00
20/11/03	Acções	Compra	600	EUR 5,00
21/11/03	Acções	Compra	2.436	EUR 5,00
25/11/03	Acções	Compra	505	EUR 5,00
26/11/03	Acções	Compra	100	EUR 5,00
27/11/03	Acções	Compra	96	EUR 5,05
03/12/03	Acções	Compra	826	EUR 5,05
19/12/03	Acções	Compra	433	EUR 5,13
19/12/03	Acções	Compra	177	EUR 5,15
19/12/03	Acções	Compra	110	EUR 5,15
22/12/03	Acções	Compra	1.300	EUR 5,15
		TOTAL	8.676	

Detinha, ainda 1 acção do Banco Banif Primus, SA e 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA, ambas acções preferenciais sem direito a voto. Em 03/12/03, em Sessão Especial de Bolsa, alienou 2.080 acções do Banco

Comercial dos Açores, SA ao preço unitário de EUR 6,00, na Oferta Pública de Aquisição Geral e Obrigatória, lançada pela Banif Comercial, SGPS, SA, pelo que, em 31/12/03 não detinha acções do Banco Comercial dos Açores, SA.

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Possuía, em 31/12/03, um total de 15.000 acções da Banif, SGPS, SA, tendo alienado 5.000 acções da Banif SGPS, ao preço unitário de EUR 5, na Oferta Pública de Aquisição lançada pela Rentipar em 13/10/2003, e as 579 acções do Banco Comercial dos Açores que possuía, ao preço unitário de EUR 6, na Oferta Pública de Aquisição Geral e Obrigatória, lançada pela Banif Comercial SGPS, SA, em 3/12/2003.

Detém, ainda, 1 acção preferencial sem direito a voto do Banco Banif Primus, SA, 1 acção preferencial sem direito a voto da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA, não tendo efectuado quaisquer movimentos de acções destas sociedades durante o ano em referência.

Dr. José António Vinhas Mouquinho

Possuía, em 31/12/03, um total de 4.000 acções da Banif, SGPS, SA, já detidas em 2002. Exerce funções de administração na sociedade, Vestiban – Gestão e Investimentos, SA, a qual detém 1.266.666 acções da Banif SGPS, SA, correspondentes a 3,17% do capital social desta Sociedade.

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Era titular, em 31/12/2003, de 1 acção do Banco Banif Primus, SA e de 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto), já detidas em 31/12/2002.

FISCAL ÚNICO

Dr. Alfredo Guilherme da Silva Cândara

Em 31/12/2003, não detinha acções e/ou obrigações da Banif Investimentos, SGPS, SA nem da Sociedade com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo.

Dr. Pedro Manuel Travanca de Carvalho

Em 31/12/2003, não detinha acções e/ou obrigações da Banif Investimentos, SGPS, SA nem da Sociedade com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo.

Os cargos desempenhados noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração e pelos membros do Conselho Fiscal (não incluindo as Sociedades de Revisores Oficiais de Contas) são as seguintes:

Comendador Horácio da Silva Roque

Presidente do Conselho de Administração

- Rentipar Finanças, SGPS, S.A.
- Banif SGPS, SA, S.A.
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banco Comercial dos Açores, S.A.
- Banco Banif Primus, S.A.
- Banif Primus - Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif - (Açores) - S.G.P.S., S.A.
- Banif Comercial, SGPS, S.A.
- Banif - Banco de Investimento, S.A.
- Banif Securities Holding, Ltd.
- Banif - Seguros, SGPS, S.A.
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
- Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Leasing, SA (em representação da Rentipar Finanças - SGPS, S.A.)
- Banif Crédito - Sociedade Financeira para Aquisição e Crédito, S.A. (em representação da Rentipar Finanças - SGPS, S.A.)
- Banif Rent, S.A.
- Banco Banif Primus, S.A.
- Banif Primus - Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (em representação da Rentipar Finanças, SGPS, S.A.)
- New Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (em representação da Rentipar Finanças, SGPS, S.A.)
- Banif Imobiliária, S.A. (em representação da Rentipar Finanças - SGPS, S.A.)
- SIP - Sociedade Imobiliária Piedade, S.A. (em representação da Rentipar Finanças - SGPS, S.A.)

Cargos em sociedades não integradas no Grupo Rentipar Finanças SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Rentipar Indústria, SGPS, S.A.
- Rentiglobo - SGPS, S.A.
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A.
- SOIL - SGPS, S.A.
- Mundiglobo - Habitação e Investimentos, S.A.
- Rentimundi - Investimentos Imobiliários, S.A.
- Tivil - Sociedade Imobiliária, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A.
- Vitecaf - Fábrica de Rações da Madeira, S.A.
- RAMA - Rações para Animais, S.A.
- Aviatlântico - Avicultura, S.A.

Administrador

- Fomentinvest - SGPS, S.A.

Gerente

- Ronardo - Gestão de Empresas, Lda.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Mundiplanos - Planeamento e Construção, S.A.
- Genius - Mediação de Seguros, S.A.
- Rentimedis - Mediação de Seguros, S.A.
- Mundiglobo Trading - Comércio Internacional, S.A.
- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A.
- Vitecaf - Fábrica de Rações da Madeira, S.A.
- RAMA - Rações para Animais, S.A.
- Investaor - S.G.P.S., S.A.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral das Sociedades:

- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos**Presidente do Conselho de Administração**

- Banif Leasing – Sociedade de Locação Financeira, SA
- Banif Crédito, SFAC, SA
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE.
- Banif Finance, Ltd.

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banco Comercial dos Açores, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif SGPS, SA
- Banco Banif Primus, SA
- Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif Securities Holdings, Ltd.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Comercial, SGPS, S.A.
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Seguros, SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif – Banco de Investimento, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Outras funções exteriores ao âmbito do Grupo Rentipar Financeira, SGPS

- Representante em nome próprio do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA no Conselho Geral da AMBELIS - Agência para a Modernização da Base Económica de Lisboa, SA
- Vogal da Direcção da Associação Portuguesa de Bancos, em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UNICRE – Cartão Internacional de Crédito, SA
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA

Dr. Carlos David Duarte de Almeida**Presidente do Conselho de Administração**

- ?? Banif Financial Services Inc.
- ?? Banif Mortgage Company
- ?? Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- ?? Banif SGPS, SA
- ?? Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- ?? Banif – Banco de Investimento, SA
- ?? Banif Securities, Inc.

Vogal do Conselho de Administração

- ?? Banif Seguros – SGPS, SA
- ?? Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- Banif Comercial, SGPS, S.A.
- ?? Banif (Açores) – SGPS, SA
- ?? Companhia de Seguros Açoreana, SA
- ?? Banco Comercial dos Açores, SA
- ?? Banco Banif Primus, SA
- ?? Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA
- ?? BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
- ?? Econofinance, SA
- ?? Banif Securities Holdings, Ltd
- ?? Banif Finance, Ltd

Dr. José António Vinhas Mouquinho***Vogal do Conselho de Administração***

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif Seguros, SGPS, SA
- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Pisdada, SA
- Vestiban – Gestão e Investimentos, SA

Membro da Mesa da Assembleia Geral

- Banif – Banco de Investimento, SA
- Banif (Açores), SGPS, SA
- Banif Leasing, SA
- Banif Crédito SFAC, SA
- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE (em representação da Banif Investimentos - SGPS, SA)

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes***Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva***

- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Multifund, Ltd
- NewCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. ,
- Banif Internacional Asset Management, Ltd.
- Banif Securities, Inc.

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco de Investimento, S.A.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif SGPS, SA
- Banco Banif Primus, S.A.,
- Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, S.A.,
- Banif Primus Asset Management, Lda
- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE.
- Econofinanca, S.A.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

2. Em cumprimento do disposto no nr. 4 do Artº 488º e do Artº 486º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Capital Social subscrito e realizado está representado por um milhão, setecentas e cinquenta mil acções com valor nominal unitário de 5 Euros, e é detido na sua totalidade pela Banif SGPS, SA.

3. Outras Informações Legais

Nos termos do Decreto Lei nr. 318/94, de 24 de Dezembro, informa-se que esta Sociedade não possuía, em 31 de Dezembro de 2003, quaisquer financiamentos a título de suprimentos junto do accionista único.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCALÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas,

Em cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, apresentamos o nosso Relatório e parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, apresentados pelo Conselho de Administração de BANIF – INVESTIMENTOS - SGPS, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Durante o exercício acompanhámos com regularidade as negócios e a gestão da Sociedade, verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação. Procedemos igualmente à verificação do cumprimento da lei e dos estatutos, incluindo-nos da gestão exercida pelo Conselho de Administração, do qual sempre recebemos todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analisámos o Relatório de gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração de resultados e o respectivo Anexo.

Como nos compete, e na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas e do Relatório anual sobre a finalização efectuada.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira de BANIF – INVESTIMENTOS - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela Sociedade, conforme constam do Anexo.

Nestas termos somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovadas o Relatório de gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003;
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração; e
- 3º Um voto de louvor ao Conselho de Administração, extensivo aos Colaboradores da Sociedade, pela dedicação posta no desempenho dos seus cargos.

Lisboa, 10 de Março de 2004

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anuais de BANIF – INVESTIMENTOS - SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, (que evidencia um total de 103.505.394,39 euros e um total de capital próprio de 12.067.077,76 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9.115,79 euros), a Demonstração de resultados por natureza do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directivas de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e, supletivamente, as Normas Internacionais de Auditoria as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de BANIF – INVESTIMENTOS - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 10 de Março de 2004

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – BROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 178
Representada por: Alfredo Guilherme da Silva Gândara

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional da Madeira.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,38 cada	€ 15,38;
Duas laudas	€ 16,81 cada	€ 33,61;
Três laudas	€ 27,58 cada	€ 82,73;
Quatro laudas	€ 29,40 cada	€ 117,59;
Cinco laudas	€ 30,51 cada	€ 152,55;
Seis ou mais laudas	€ 37,08 cada	€ 222,46.

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série	€ 26,13	€ 13,03;
Duas Séries	€ 49,60	€ 24,95;
Três Séries	€ 60,11	€ 30,20;
Completa	€ 70,66	€ 35,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 179/2003, de 23 de Dezembro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA

Departamento do Jornal Oficial

IMPRESSÃO

Departamento do Jornal Oficial

DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

O Preço deste número: € 7,84 (IVA incluído)